

Cadáver insepulto

RAUL PILLA

A CAMARA dos Deputados matou ontem o presidencialismo, dando à reforma parlamentarista 117 votos, que se contrapuseram a 99 votos de presidencialistas, semi-presidencialistas e, até, parlamentaristas, que adotaram a celebrada fórmula de deixar como está, para ver como fica. Se, em vez de 216 houvessem comparecido 290 dos 304 deputados que compõem a Câmara, mantida à mesma proporção na votação, a Emenda Parlamentarista teria conseguido a maioria absoluta de que precisava para impôr-se. Matou a Câmara o presidencialismo mas não o pôde sepultar, por causa de certas exigências legais. E este ser nefasto que, durante mais de sessenta anos, tudo perverteu em derredor, continuará apodrecendo, pois já vinha apodrecendo em vida, por toda a parte disseminando os miasmas da corrupção.

Até quando terá o País de suportar-lhe o mau cheiro? Não o sei, porque o nariz se afaz aos piores odores. Mas talvez não seja por muito tempo. Já se aproxima a perigosa crise da sucessão presidencial, em que se entrechocam violentamente as ambições dos pretensores ao trono sem coroa. E antes desta crise, mas função dela, pode surgir, talvez esteja iminente uma outra crise, provocada por quem não se queira conformar com a transitoriedade do mando. E, então, como tem acontecido frequentes vêzes nesta República, como tem acontecido sempre em tôdas as Repúblicas latino-americanas, as Classes Armadas serão chamadas a intervir. Para que? Para pôr no poder um dos seus? Não o creio, pois as últimas intervenções ocorridas em nosso País o desmentem. Em 1930, em 1937 (se é que elas intervieram realmente em tal ocasião), em 1945, não foi este o sentido da sua intervenção, embora militares fôssem os candidatos apresentados pelos políticos nesta última ocasião.

Quando, mais uma vez, forem as Classes Armadas solicitadas a intervir, então será a ocasião de sepultar o cadáver que está a empestar o País. Excetuados alguns militares ambiciosos, que nos galões ou nos bordados vêem o instrumento mais seguro para chegar ao Poder, não têm as Classes Armadas nenhum interesse em se verem frequentemente desviadas da sua função constitucional pela desordem característica do presidencialismo latino-americano. E', pois, de esperar que, desta vez, façam obra completa e não mais transijam com o caciquismo erigido em sistema político.